

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Art. 467 da CLT.

Analisaremos outra multa que também tem muita incidência nos contratos de trabalho que é a famosa **multa do art. 467 da CLT**.

Art. 467. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento"

O fato gerador da multa do art. 477 da CLT é o **atraso** ou o **não pagamento das verbas da rescisão e entrega da documentação**, dentro do prazo de 10 dias, a contar do término do contrato.

As **verbas rescisórias** são decorrentes da rescisão.

Verbas rescisórias incontroversas são aquelas que de forma indubitável são devidas ao empregado, se não foram pagas devem ser quitadas no primeiro dia de comparecimento a Justiça do Trabalho, ou seja, em 1º audiência, sob pena de pagá-las com acréscimo de 50%.

Quando do comparecimento a Justiça do Trabalho, ou seja, em 1ª audiência, caso ainda haja verbas rescisórias não pagas, as verbas rescisórias incontroversas devem ser pagas, nessa oportunidade. Caso essas verbas rescisórias não sejam pagas em primeira audiência as condenações serão acrescidas da multa do art. 467 da CLT, ou seja, com **acréscimo de 50%**.

Incide a multa do art. 467 da CLT sobre as verbas rescisórias: aviso prévio, saldo de salário, férias, décimo terceiro salário, 40% sobre o FGTS, ou seja, todas as verbas devidas na rescisão, independentemente da forma de rescisão.

Há incidência da multa do art. 467 da CLT para qualquer forma de extinção do contrato de trabalho.

O fato gerador da multa do art. 467 da CLT é o **não pagamento das verbas rescisórias incontroversas**, independentemente da forma de extinção do contrato, quando do comparecimento em primeira audiência na Justiça do Trabalho.